

Filosofia e literatura entre abraços e socos: uma questão moral

Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza¹

Resumo

Filosofia e Literatura emergiram no cenário histórico ocidental constituindo-se pilares de sustentação da expressividade do pensar e do agir humano. O relacionamento que se concretizou entre elas, no entanto, ocorreu de modo diferenciado nas formas e conteúdos propostos por seus personagens. A pretensão deste texto é expor a postura de alguns personagens defensores da relação de aproximação e de afastamento, considerando a moral como um componente importante nessas relações. Dá-se ênfase à postura de Martha Nussbau, apresentando o gênero literário novela como potencial de pôr em movimento a imaginação e suscitar reações de pensamentos, sentimentos e práticas, capazes de interferir vigorosamente na vida privada e pública de uma determinada comunidade humana. A novela, enquanto gênero vivo, poderá colocar a vida em movimento no sonhar, desejar, fantasiar, imaginar e criar um sentido alternativo para a experiência do viver.

Palavras-chave: filosofia; literatura; moral.

Philosophy and literature between embraces and punches: a moral question

Abstract

Philosophy and Literature have emerged, risen out from the occidental, western historical scenery, setting, constituting themselves human thinking and acting expressivity upholding pillars (se optar pela forma analítica – com “of” – ficaria assim “Constituting themselves pillars of the human thinking and acting...”) however, the relationship turned materialized between them has occurred unlikely in each other in the forms and in the contents proposed by their personages posture, attitude that are defenders, upholders regarding to approach and withdrawal relationship, considering morality as an important component in these relations. One emphasizes Martha Nussbau’s posture, attitude, presenting, showing up the literary gender, know as short novel – story as a great potential to put into movement imagination and to stir up thoughts, feelings and practices reactions, capable of interfering vigorously in a certain human community private and public life. The short novel, as lively gender, will be able putting into movement dreams, wishes, fancies, imaginations and creations regarding to an alternative feeling for living experience.

Key words: Philosophy – Literature – Morality.

Introdução

Desde os antigos gregos, filosofia e literatura são dois pilares de sustentação da expressividade do pensamento no Ocidente. Elas perfazem os cenários históricos com figuras de destaques: são dimensões constitutivas e modeladores da cultura humana ocidental. Cada uma, em sua especificidade, tem dado contribuições indelévels à formação da mentalidade que ainda permanece viva e esplêndida de vigor em nossos dias.

Na trajetória percorrida por filosofia e literatura, podemos identificar momentos fecundos de aproximações e distanciamentos. Ambas trouxeram contribuições significativas, que não podem ser ignoradas por um olhar retrospectivo, sob pena de uma parcialidade ingênua.

A nossa pretensão nas linhas que seguem é considerar o aspecto moral como um componente importante das complexas relações entre filosofia e literatura. Tomamos, como ponto de partida, a título de exemplo, a posição de Alasdair MacIntyre. Em seguida, expomos sumariamente, contribuições de Martha Nussbaum, acentuando o gênero literário novela como fonte de contribuição fundamental para a experiência moral.

O nosso esforço é mostrar que, na perspectiva de Nussbaum, a novela põe em movimento a imaginação e suscita reações de pensamentos e práticas capazes de interferir significativamente na vida pública de uma determinada sociedade. Ela pode expressar formas de racionalidades que são mais condizentes com o estatuto do humano e desencadear procedimentos práticos alternativos à experiência constituída.

Não pretendemos fazer um esboço histórico nem dos abraços nem dos socos que se fizeram frente na história do relacionamento. Contudo, tentamos dar ênfase às possibilidades dos abraços, sem nos esquecer das diferenças. Pensamos que os abraços podem refletir o sentido de uma razão que amadureceu sob o calor de corações e sentiu a necessidade de defender a possibilidade do acontecimento da vida humana.

1 A problemática

O tratamento da questão “filosofia e literatura” requer como condição fundamental, a tomada de consciência do caráter de problematicidade que está implícita em cada um dos termos tomados isoladamente, e com grau de complexidade ainda mais acentuado, quando se tem a pretensão de postular uma relação entre eles. Na verdade, trata-se de uma questão que acompanha as aventuras e desventuras do próprio pensamento que emerge na antiga Grécia e desdobra-se no tempo e no espaço da denominada razão ocidental até os nossos dias.

Nesses desdobramentos no tempo e no espaço, muitas questões foram levantados e perderam-se no tempo, muitas outras foram perpassando com vigor, encontrando um espaço de sobrevivência, e novas questões emergiram e somaram-se aos fios da rede de complexidade. O emergir e desaparecer, o nascer e manter-se vivo até a morte e das cinzas da “tumba” renascer indicam que o pensamento tem a força viva de fazer a história como marca indelével de semelhanças e diferenças que podem ser vislumbradas na paciência da própria história do tema. São muitas as possibilidades que temos de nos aproximar do estatuto da questão, que já tem uma longa história. O percurso pela história desse assunto seria uma dessas possibilidades. Uma outra via seria escolher um período ou um autor para nele tratar a questão. Um caminho um tanto novo seria tratar a intriga da relação filosofia-literatura articulada a partir da dimensão moral. Qualquer uma das vias possíveis que forem assumidas terão de enfrentar as complicações dos fios que se tecem, se torcem e se entrelaçam na tradição da própria questão. Uma via de possibilidade também muito recente seria tomar o elemento da linguagem para articular a aludida relação filosofia-literatura.

Ainda se podem aumentar os fios da complexidade da rede, se nos preocuparmos em delimitar qual é o lugar específico a partir do qual se vai proceder à disposição dos fios. Ou seja, a configuração da questão terá necessariamente a marca imposta pelos limites do lugar a partir do qual se procederá o discurso: o lugar filosófico ou literário.

Assumir um lugar para pensar na relação como problema tem a vantagem de afastar, de início, a ilusão da neutralidade, por um lado, e por outro, o perigo do reducionismo. Filosofia e literatura podem cair nas velhas formas de reivindicação da nobreza do seu estatuto e a desconfiança na fecundidade de uma profícua relação de aproximação. A tradição do problema expõe ocasiões em que a “vontade de reflexão” não passa da exposição de preconceitos, mal entendidos ou mesmo um equívoco no uso que um dos domínios tende a fazer do outro. Essa maneira de postar-se, na verdade, não se apresenta como algo produtivo e satisfatório. Muito pelo contrário,

as polêmicas que se enfrentam sobre o registro ‘filosofia e literatura’ produzem, no momento, uma profunda insatisfação. As vezes parecem referir-se as virtudes ou deméritos dos textos filosóficos como textos literários e outros apontam a estes como aportações relevantes para a filosofia².

Não podemos ignorar o mérito das reivindicações pelo reconhecimento da especificidade dos saberes que estão em questão. Afinal a decência de uma relação produtiva só será possível à medida que cada domínio tiver a clareza da sua especificidade e, portanto, da sua diferença. A partir dessa auto percepção, será possível o estabelecimento de modalidades de relações que atendam satisfatoriamente, pelo menos em parte, a filósofos e escritores.

Da parte dos filósofos, há um risco de considerar a literatura como uma simples forma de embelezamento de seus discursos ou apenas um meio indispensável para a anunciação de seus conteúdos. Não se reconhece que se produz uma dicotomia entre forma e conteúdo que mantém, na sua base, um pressuposto que dá autonomia a ambos os domínios, mas os impede de autoperceberem-se como irmanados enquanto forma e conteúdo. A partir desse pressuposto, aparece, explicitamente, uma compreensão do que é próprio de cada domínio. Ou seja, a partir dessa compreensão se pensa que o próprio do filosófico é produzir conteúdos, enquanto ao escritor compete produzir a forma. Compreender os domínios como instâncias com determinações próprias sem perceber as implicações vinculativas é, de algu-

ma maneira, um limite que exprime uma redução da própria identidade. A redução apresenta-se justamente no momento em que se atribui ao filósofo o poder de pensar conteúdos, e ao escritor, o poder de criar a forma ou meio de anúncio do que foi pensado. Dessa maneira reducionista de compreensão da relação dos domínios, podem-se vislumbrar as consequências danosas para ambos. Para o filósofico, a consequência é apresentar-se como alguém que sabe pensar e, às vezes, pensar de forma “profunda”, abstrata, mas não sabe comunicar seu pensamento. Nas palavras de Jeanne Marie:” no limite, isso significa que os filósofos sabem pensar, mas não conseguem comunicar seus pensamentos, que não sabem falar nem escrever bem; e que os escritores sabem falar bem, sabem expressar-se, mas não têm nenhum pensamento próprio consistente³. Ora, considerar a literatura apenas como um veículo de comunicação ou como um elemento de embelezamento do discurso filosófico tira a sua dimensão de seriedade como produtora e enunciadora de verdades e lhe confere um estatuto meramente ornamental.

Essas formas de reducionismo muitas vezes, são consolidadas a partir da afirmação de uma concepção limitada de autonomia, que, no final, opõe filosofia e literatura como domínios de saberes absolutamente separados e que devem manter os seus campos bem delimitados e protegidos das interferências alheias. Segundo Maria Herreira de Lima, esta é uma posição defendida por Ítalo Calvino:

para Ítalo Calvino a filosofia e a literatura são agueridos adversários, porque nos diz: os olhos dos filósofos vêm através das opacidades do mundo, suprimindo sua materialidade, reduzindo a variedade existente a uma teia de relações entre idéias gerais, fixando regras para um número infinito de fichas no tablado até tentar esgotar as combinações que bem podiam ser infinitas.

Mas então entram os escritores e substituem as fichas e o tablado abstrato por jogadores de xadrez: reis e rainhas com castelos, todos com um nome, uma forma particular e uma série de atributos próprios a sua condição, real, equina, ou eclesiástica. Em vez

de um simples tablado, desenvolvem poerentos campos de batalha ou mares turbulentos. De maneira que as regras do jogo se transformam e a ordem que se manifesta é muito diferente à dos filósofos⁴.

Na mesma linha defendida por Calvino, pode ser mencionado o escritor Milan Kundera, que também tem reservas quanto a uma aproximação de filosofia e literatura. Ele teme que a filosofia faça um uso moral indevido da literatura; que sejam feitas interpretações externas dos textos desrespeitando aquilo que é específico do discurso literário. Defende, desse modo, uma autonomia e, de alguma forma, teme que a literatura seja usada ou subordinada a outros fins que não sejam condizentes com a sua forma própria de ver o mundo.

A defesa radical da “pureza” da literatura poderá também esquecer os vários modos de relações dos dois domínios de saberes em absoluto respeito a suas particularidades. Não enxerga, portanto, que é possível considerar uma modalidade de relação, tomando como caso específico as dimensões literárias do saber filosófico, considerar os estilos diferentes, o uso da retórica, a utilização da metáfora bem como o “uso da narrativa como uma forma de construção do sentido que pode ser comum a ambas as disciplinas ou gênero de discurso”⁵. Em todo caso, defender a “pureza” das duas formas de saberes é, na verdade, obstruir as vias normais por onde passam os fluxos do pensamento que não se preocupa com a pureza ou impureza da forma, mas simplesmente com o poder passar e manter viva a força que assegura a sua possibilidade de ir e vir como passagem que não se deixa reter nas vias pelas quais passa.

Da mesma forma que encontramos defensores da pureza dos discursos, encontramos também aqueles que desconfiam de tal pretensão e preferem não acentuar a separação da visão de realidade oferecida pela reflexão filosófica e pela criação literária.

Aqueles que não defendem a radical separação, percebem certamente que os domínios são diferentes, e isso é fundamental ser defendido, mas, enquanto diferentes tem muitos elementos que podem ser partilhados num sistema de trocas que enriquecem e complementam as insuficiências de cada um. Reconhecem, portanto, que a literatura e

a filosofia são duas linguagens que têm a capacidade de dizer a mesma realidade. Cada uma diz a partir do que lhe é próprio e pode oferecer a outra, aquilo que ela não capta por causa da determinação do seu lugar de ver, que não lhe permite ver nem dizer o todo.

Essa perspectiva admite que é possível o intercâmbio e valoriza as diferenças como algo de dimensões positivas. Seus defensores certamente são convictos que existem atividades significativas nas duas formas de saberes que são fundamentais na construção de seus respectivos ideários, como por exemplo, a construção do sentido da realidade nas suas variadas dimensões. Não obstante, a radical diferença que há entre eles, podemos mencionar como adeptos dessa perspectiva: a Alasdair MacIntyre, Charles Taylor e Richard Rorty, Ernst Tugendhat.

Chama-nos a atenção que os mencionados autores, de alguma forma, tenham uma sensibilidade para questões morais. Muito provavelmente é válida para todos a idéia de que

defendem uma versão mais moderada da filosofia moral como uma forma de reflexão que continua a tradição crítica ilustrada mas que renunciaram as suas pretensões excessivas e que não só tem nada a perder (ou que temer) ao aproximar-se da literatura, senão que teria que aproximar-se dela como uma fonte importante de imagens, metáforas, e construções do sentido da identidade dos sujeitos, de suas capacidades e tarefas, entre outros campos, da vida moral⁶.

Esses autores, certamente, perceberam a necessidade de tratar as questões da moralidade na fronteira da filosofia, ou seja, abrindo o espaço da conceptualização filosófica para o âmbito da literatura, no qual também se verifica a experiência da moralidade. Podemos imaginar que uma das motivações que os levaram a tomar essa perspectiva tenha sido a constatação de que muitas propostas de consideração moral não passam de formulações abusivamente abstratas e por demais genéricas, o que não dá conta do concreto da experiência moral. Em outros termos, perceberam a possibilidade de tratar as questões

morais instrumentadas com elementos que lhes permitem atingir o concreto da vida em seu respectivo contexto. Assim, pensam poder apreender a realidade moral como algo complexo, mas concreto. Na base dessas intuições, está a constatação da insuficiência e, por conseguinte, a crítica de um modelo de pensamento abstrato e generalizador para dar conta das circunstâncias e particularidades, que vivem os sujeitos morais.

2 A posição de Alasdair MacIntyre

A percepção dessa insuficiência levou MacIntyre não somente a recusar o modelo como também propor uma alternativa metodológica capaz de suprir as deficiências. É nessa perspectiva que podemos considerar que ele pensou na possibilidade de usar a narrativa com um recurso próprio para abordar devidamente a experiência moral. De modo mais particular propôs formular com propriedade, o conceito de “unidade da vida na teoria moral”. Para ele, é possível fundar a sua idéia de unidade de vida em evidências empíricas. Na formulação de Maria Herreira, sua proposta é apresentada nos seguintes termos: “Alastair MacIntyre propôs uma maneira de abordar este tema da “unidade da vida” na teoria moral. Seu argumento repousa, em parte, em demonstrar que a concepção de unidade de vida que defende pode apoiar-se em evidências empíricas e apresenta, além disso, uma imagem coerente de nossas intuições sobre a vida moral”⁷. O fato de recorrer a literatura para compreender a experiência moral não significa que ele defenda um único sentido de unidade de vida que possa ser tomado de forma genérica por qualquer teoria moral. Muito pelo contrário, ele tem consciência da pluralidade de sentidos que foram plasmando-se no tempo, conformando uma diversidade de “sentidos da identidade pessoal”. Seria muito estranho que ele não tivesse a clareza das diferenças de concepções explicitadas pelas correntes diversas que compõem o cenário da disputa pela validade de seus postulados enquanto teorias morais.

A partir da diversidade de configurações de entendimentos quanto a teorias morais, impõe-se a necessidade de se estabelecer

uma certa prioridade no pôr em relações determinados tipos de textos literários com determinadas compreensões de filosofia moral. A necessidade de se estabelecer uma escolha impõe, por outro lado, a importância de se ter presente “o problema não resolvido da validade da literatura como ‘evidência’ das experiências vital e moral”⁸. Por outro lado, tem-se a necessidade de considerar a problemática da “relatividade dos pontos de vista, a partir dos quais se tentam construções de sentidos dos textos literários uma vez que eles levam a conclusões diferentes sobre as relações que queremos estabelecer: entre experiência de vida e consciência moral, e entre experiência de vida mediada pela construção do texto literário e reconstruções do sentido da experiência moral”⁹.

Ambas as questões são, de fato, muito intrigantes, mas a que tem uma ressonância maior para MacIntyre é a que diz respeito a relatividade. Pois a sua concepção de vida requer que se entendam os atos individuais no interior de uma circunstância configurada por vários fatores e não de forma isolada. Portanto, quando se quer saber o sentido da ação de um determinado sujeito, tem-se que perguntar: “quem, como e para quê”. Essas ações estão situadas numa teia de relações. O fator complicador está no fato de a narrativa poder ser lida de várias maneiras, o que redundando na possibilidade da formulação de vários sentidos. E aí, como fica a sua pretensão de unidade de vida? A sua alternativa é considerar que há uma tradição de pensamento moral que pode ser considerada superior em relação as outras.

No que concerne à concepção de unidade, poderíamos acentuar alguns elementos que nos parecem relevantes do ponto de vista moral. Podemos acentuar a importância que ele dá à idéia de responsabilidade moral necessariamente vinculada à de continuidade física de um sujeito ligado a um corpo material. Corpo esse que pode, por sua vez, ser membro de comunidades diferentes, desde a qual age e conecta-se com os outros sujeitos no decorrer da vida. Ora, a exigência de responsabilidade por ações somente é consequente se se funda na certeza da identidade do seu autor. Caso não se verifique a coincidência da identidade do autor da ação e a cobrança da responsabilidade, cometem-se equívocos. Outro elemento significativo de sua concepção é: “o entender a continuidade de vida como um ordenamento

teleológico dirigido pela busca do bem ou verdade dessa vida como uma totalidade”¹⁰. A questão aqui não é afirmar a paridade da unidade da vida com a narrativa, mas supor que a referida continuidade se funda, de alguma forma, num horizonte metafísico. Podemos mencionar ainda, a defesa de uma estabilidade dos atributos pessoais e como sustentáculo uma “estabilidade na estrutura de crenças e valores das comunidades de referência”¹¹. É importante salientarmos que a idéia de comunidade tem uma importância fundamental no pensamento de MacIntyre. Ela pode ser considerada como uma espécie de *a priori* para podermos entender as formas de vivências reais e, portanto, condição necessária para se ter uma inteligibilidade da existência da moralidade. Neste particular, diz Maria Herreira:

... a idéia de comunidade como suporte de uma tradição, quer dizer, de uma estrutura de crenças, valores e práticas coerentes e relativamente constante, serve não só de condição de inteligibilidade às crenças e práticas morais mas também se faz presente na comunidade mesma de sua existência, em sua capacidade de permanecer no tempo, na vitalidade e produtividade de suas crenças (na sua força motivadora) como uma prova de seu valor intrínseco¹².

Mesmo que não se faça a defesa do caráter auto-evidente do conceito de “unidade da vida”, pode-se reconhecer que as bases de apoio das intuições de MacIntyre encontram suporte nas crenças consolidadas e têm sustentação tanto na tradição da literatura como em outras construções simbólicas da experiência cultural. No entanto, é visível, nas sugestões de MacIntyre, a recorrência a instâncias separadas dos atos que servem de parâmetros avaliativos dos próprios atos. Nessa recorrência a uma dimensão que transcende as condições dos próprios sujeitos dos atos, podemos atribuir um caráter dogmático às suas considerações. A idéia do bem, que certamente foi tomada do ideário aristotélico, constitui essa instância avaliativa das ações morais. A partir dessa idéia do bem é que se poderia entrar na

aventura da descoberta de um sentido para a ação moral. No nosso modo de entender, é a essa recorrência que se contrapõe Maria Herreira quando afirma: “essa idéia de unidade de vida que pode ser avaliada desde uma concepção do bem moral que transcende as decisões existenciais dos sujeitos e suas concepções particulares, contém um elemento dogmático”¹³. De fato, a instituição de um âmbito fora da dinâmica interna do próprio sujeito que age, como referencial para a constituição da identidade da vida de um indivíduo como um todo, leva-nos a supor que essa instância tem um caráter verdadeiramente superior. Dessa forma, a compreensão da totalidade da vida só aconteceria, de modo satisfatório, na suposição de que é possível chegar a essa verdade referencial. Essa verdade, portanto, teria um caráter transcendental. Afirma Herrera: “O que MacIntyre postula é encontrar uma verdade transcendente e só frente a ela se poderia medir, em última instância, tanto a validade das doutrinas morais, como o valor dos atos individuais na busca dessa verdade”¹⁴.

A perspectiva de compreensão assumida pela autora é que a recorrência a uma dimensão metafísica ultrapassa os domínios nos quais movem os suportes de coerência da idéia de “unidade de vida” defendida por MacIntyre. Em outros termos, ele atribuiria uma tarefa ao texto literário que está, para além de suas condições, um suposto cumprimento: “A tarefa que MacIntyre atribui à narrativa na defesa de uma doutrina moral específica resulta excessiva”¹⁵. Portanto, para ela, a concepção de “unidade de vida”, como um possível sentido do todo da experiência de vida não implica assumir uma idéia de verdade transcendente e que é possível pensar numa outra perspectiva, ou seja, a própria idéia de totalidade: “podemos pensar nessa totalidade como uma construção contingente, falível e, por conseguinte, aberta a revisões e questionamentos”¹⁶. Essa última perspectiva de pensamento, condiz melhor, ao concreto da experiência de vida e está mais de acordo com as condições que a literatura pode apresentar. De qualquer maneira, no momento em que se assume uma compreensão de totalidade como algo contingente, falível e, portanto, algo aberto, assume-se, por conseguinte, a condição de historicidade. Isso implica entender que a experiência moral possível ocorrerá nos fluxos e contrafluxos dos processos que se verificam como algo sempre flexível. O contexto que o

próprio MacIntyre reivindica para situar a experiência moral no momento que é tomado como referência, para se compreender o sentido da vida, tem que levar em conta o seu caráter de complexidade, dado justamente pelas variáveis de flexibilidade que a realidade mesma comporta. Em outras palavras, a inteligibilidade do sentido da experiência moral numa perspectiva de unidade, tem que ser entendida nas circunstâncias de complexidade que são marcadas por dúvidas, perplexidades e contradições.

Parece-nos que as considerações críticas que a autora faz à proposta de MacIntyre reside no fato de ele ancorar sua proposta num sentido de transcendência/dogmatismo e não se dar conta da dimensão propriamente literária da narrativa que ele se propõe considerar na explicitação da realidade moral. Ela reclama uma espécie de uso impróprio ou limitado que ele faz da literatura e, com isso, não consegue afastar-se de uma consideração tradicional da filosofia. Por isso, ela é enfática em dizer: “... MacIntyre não considera os aspectos literários da narrativa nem pensa que esta constitua uma linguagem ou forma de descrição diferente da linguagem filosófica tradicional”¹⁷.

Se a crítica, por um lado, tem razão em reclamar da inadequação ou limite, do uso da literatura por parte de MacIntyre, por outro tem que reconhecer a diferença da sua postura de abertura para uma possível relação proveitosa, em relação a outras posturas que radicalizam as diferenças e autonomias de ambas. É preciso, também, atentarmos para o fato de que se ele não conseguiu dar conta da dimensão literária da narrativa como recurso adequado para constituir o sentido da unidade da vida nas ações morais, isso não quer dizer que ele defenda a moralidade como algo exclusivo da investigação da filosofia. Muito pelo contrário, assim como ele foi propenso a uma aproximação com a literatura como um âmbito possível de investigação e explicitação da moral, também entende que ela ultrapassa os limites da filosofia e se estenda a outros domínios. Nesse sentido, ele tem afirmações límpidas:

Quando falo de investigação moral, me refiro a algo mais amplo do que se entende convencionalmente, ao menos nas universidades americanas, por filosofia moral, posto que a investigação moral se estende

a questões históricas, literárias, antropológicas e sociológicas¹⁸.

Portanto, se a sua habilidade não nos convence da justiça do trato da narrativa no que ela tem de especificamente literário, pelo menos se esforça para expor uma abertura de possibilidade de interdisciplinaridade no trato de questões morais.

3 Martha Nussbaum: ética de novela impossível

Os intentos de aproximação da polêmica questão da moralidade e o âmbito da literatura tem várias vertentes, como anunciámos antes, no interior da História da Filosofia. No pensamento contemporâneo, poderíamos elencar uma enormidade de nomes e pontuar questões específicas de seus respectivos interesses. Um mapeamento dessas vertentes, com certeza, tornaria visível o complexo de questões e posições divergentes no trato de questões idênticas. Nos limites de nossa pretensão, ou melhor, a título de exemplificação, poderíamos invocar o nome de Martha Nussbaum e expor as suas contribuições na configuração do mapa da relação filosofia e literatura. Não obstante o caráter reduutivo da nossa impressão, podemos dizer que a sua obra é um modelo exemplar da relação filosofia e literatura, no pensamento contemporâneo, particularmente, a sua contribuição na questão da experiência moral.

Numa perspectiva bastante diversa da de MacIntyre, como vimos antes, Nussbaum também admite que “a linguagem expressiva das narrações literárias é particularmente adequada para descrever a experiência moral”¹⁹. Não seria a literatura apenas uma modalidade possível da descrição do fenômeno da moralidade, mas um modo adequado autenticamente para esse fim. Na sua maneira de compreender a literatura, aparece uma dimensão de especificidade que lhe é própria para anunciar questão da vida moral não perceptíveis por outras vias. Ou seja, as questões já tradicionais do racionalismo formalista e generalizador deixam na sombra dimensões da experiência moral, que somente a literatura é capaz de torná-la visível. Ela tem presente, de maneira muito forte, que as investigações do fenômeno moral, uma vez

empreendidas a partir de uma perspectiva racionalista que se pretende promover uma precisão conceitual na forma da universalidade, deixa as particularidades da experiência inatingíveis. Ora, como já é bem sabido, o que se chamou de filosofia moral na tradição da filosofia sempre foi formulada nos parâmetros da racionalidade objetivante e abstrata. A constituição de princípios generalizadores, postos como cabides ancoradores das práticas particulares, tiveram, de certa forma, a hegemonia nas considerações da filosofia moral. O domínio da racionalidade conceitual fundada na coerência lógica e na pretensão de objetividade, nas considerações de Nussbaum, não conseguem penetrar nas regiões de profundidade que tem a experiência humana, onde acontece a trama da vida moral.

A partir da intuição da insuficiência do racionalismo abstrato e universalista, ela propõe uma alternativa. A literatura, na sua particularidade de gênero, como a novela, pode ser uma alternativa com condições de atingir o âmago da realidade moral. Não se trata de instituir a novela como uma disciplina a mais nas investigações da moralidade. Trata-se de implementar um recurso capaz de atingir a complexidade da trama da moralidade que acontece na enigmática tessitura do humano. A novela, segundo ela, tem a capacidade de chegar ao humano tentando vislumbrar um sentido de vida e de ação que se concretizam num emaranhado de relações que escapam a uma pretensão simplificadora como a razão conceitual.

O humano além de sua materialidade corpórea, de sua formalidade abstrata de pensar, é também sonho, desejo, fantasia, imaginação, crenças; elementos esses que se configuram de forma entrelaçada na vida concreta de cada ser humano. E, por conseguinte, são elementos que estão presentes de forma determinante nos fluxos e contrafluxos das dinâmicas da moralidade. Para ela a novela é apropriada para acercar-se dessa realidade e dar-lhe uma expressão mais consequente. A vida, enquanto acontecer essencialmente prático, que se constitui no fluir da experiência de si mesmo, da natureza e das relações com os outros, é um corpo específico onde a novela pode interferir, reforçando e exprimindo a experiência mesma de vida. A novela, portanto, entra na dinâmica do acontecimento da vida fazendo perguntas e oferecendo respostas conforme as ocorrências concretas da experiência humana.

É impressionante a reflexão que Nussbaum faz da força da imaginação literária na vida das pessoas em sua dimensão coletiva na sociedade contemporânea. O próprio sentido de coletividade pode ser, segundo ela, constituído, adequadamente, a partir da literatura, sobretudo a novela. Na clara intenção de combater a perspectiva de inteligibilidade do utilitarismo, ela afirma, num artigo cujo título já é a expressão da sua posição, “a imaginação literária na vida pública”, o seguinte:

A literatura e a imaginação literária podem ter um efeito subversivo frente à idéia de racionalidade expressa habitualmente pela ciência econômica utilitarista. Por isso a literatura deve formar parte de uma educação a favor de uma idéia de racionalidade pública mais ampla que a idéia de indivíduo como maximizador de utilidades. Através da análise da novela de Dickens ‘Tempos difíceis’, se chega à conclusão de que só a imaginação proporcionada pelas novelas – e não pelos livros de economia política – pode ser a base para governar adequadamente um país de pessoas livres e iguais ou para desenvolver nossa vida cotidiana como cidadãos²⁰.

O texto é de uma riqueza extraordinária e, por conseguinte, pode ser realçado em múltiplos aspectos. Chama-nos a atenção, de modo especial, a idéia de imaginação como um componente capaz de interferir na configuração de uma forma de racionalidade. Racionalidade que ela contrapõe à outra por seu caráter objetivante. Como apontamos antes, a sua proposta visa a resgatar uma compreensão de racionalidade compatível com a “natureza” diferenciada do humano, que, evidentemente, está para além do meramente “coisico” da materialidade econômica. Essa dimensão objetiva que prima pela exatidão lógica exprime devidamente as realidades quantitativas, umas ficam muito longe de atingir o sentido antropológico do humano.

O diagnóstico que a autora faz da sociedade contemporânea tem, a nosso ver, a intenção de denunciar exatamente a ausência da dimensão qualitativa, que nunca aparecem nos quadros da racionalidade

da lógica de quantificação. A essa carência ela se refere dizendo: “Na vida política de nossos dias, com frequência carecemos da capacidade para vermos uns aos outros como inteiramente humanos, como algo mais que sonhos e defeitos”²¹.

A sua reivindicação tem, a nosso ver, a vantagem de trazer para o centro das preocupações a possibilidade de uma aproximação ao humano diluído nas dispersas engrenagens da sociedade que prima pelo esfacelamento e anonimato. Ela sugere que pensemos na sociedade como um conjunto de relações produzidas pelas pessoas, cada uma com sua particularidade, e não como uma multiplicidade de peças de uma máquina que funciona em harmonia. Na verdade, um olhar sobre o conjunto daquilo que as ciências sociais podem conceituar como “o social”, a “sociedade”, com as suas múltiplas instituições, tem, na sua base, não estruturas conceituais ou objetos duradouros no tempo, mas particularidades pessoais com nome, cor, etnia, sexo, preferências, desejos, esperanças, frustrações; cada uma com a sua capacidade diferenciada de dizer sim e não a si mesmos e às coisas que elas constroem. Todas partilhando as dores, os sofrimentos, as mortes, os movimentos e, acima de tudo, a certeza de que são distintos do ferro, do aço, da água, dos deuses, etc.

No meio dessa multiplicidade de diferenças, elas reconhecem que cada uma tem o mesmo olhar diferente em comum. E justamente por causa da diferença que cada um tem no olhar, emerge a capacidade de ver a necessidade e ser visto na sua diferença. Assim, a multiplicidade dos olhos refletem os horizontes inabarcáveis do humano que se recusa a ser reconhecido como uma peça eminente de uma máquina anônima que funciona perfeitamente.

Desde essa perspectiva, a pergunta o que é o ser humano se apresenta imprópria, porque já o insere nos horizontes das coisas e na dimensão da generalidade. Ao invés de o que, é mais condizente perguntar quem é, e ter presente que, quaisquer que sejam as respostas, ficam muito a quem de dizer o seu verdadeiro sentido, que permanece vivo e inapreendido no olhar que enxerga e se ofusca, na voz que grita e cala, no ouvido que ouve e ribomba, no cérebro que pensa e esquece, no corpo que se faz presença e ausência de si mesmo e dos outros, um sinal que apenas indica uma direção mas não mostra nenhum pon-

to; sentido que se sente humano, que se pensa humano, que se faz humano, nunca uma tecnologia de conceitos humanos.

Nussbaum tem presente a riqueza das tecnologias da racionalidade que são capazes de inventar formas de literatura que se põem a serviço da própria racionalidade técnica, reforçando as políticas dos “homens coisas”, reproduzindo, de formas variadas, a pobreza da intuição que acredita que “é sempre bom mais do mesmo”²². Os quadros conceituais, com muita competência, criam e recriam recursos de manipulação da realidade e conseguem apresentá-las amplamente, como “novas alternativas de compreensões”, sem nunca se darem conta do ridículo de sua farsa. É assim que as denominadas “novas racionalidades” apresentam, em novos embrulhos, o seu conteúdo do mesmo, que elas não conseguem dispensar. Não queremos dizer com isso que ela faça uma opção pela literatura como fonte da imaginação que necessariamente tem que opor-se à racionalidade. A sua oposição é a um certo tipo de racionalidade que se apresenta como verdade total e não se dá conta de suas insuficiências e sua presteza às manipulações, sobretudo, a dimensão do humano. Muito pelo contrário, ela mesma esclarece: “... a narração de histórias e a imaginação literária não se opõem à discussão racional, senão que podem proporcionar ingredientes essenciais para a dita discussão racional”²³.

É importante essa consideração, para não cairmos na tentação de nos envolvermos em polos de reducionismos, ou fazermos a defesa da irracionalidade pura e simples como certas linhas de esteticismo, como acusa Carlos Pereda. Trata-se de reconhecer que há racionalidades diferentes que podem dialogar entre si ou igualarem-se. No caso de nossa autora, aqui, como ficou bem explícito em suas próprias palavras, trata-se de possibilidades de discursos que podem discutir, de forma produtiva e, portanto, enriquecedora, numa perspectiva de complementariedade. Todavia, ficou bem claro que a forma de racionalidade defendida pelo utilitarismo economicista é recusado taxativamente.

As razões da recusa já foram de alguma maneira apontadas, mas, é preciso pontua-las cuidadosamente, porque elas evidenciam melhor os contornos da proposta defendida pela autora.

Pensamos que é possível lançarmos luzes sobre as razões das críticas ao “utilitarismo econômico”, justificando o poder da imaginação literária, sobretudo a novela, na dinâmica do viver em sociedade. Podemos tomar como ponto de partida a formulação da própria autora das seguintes questões: “Porque novela?” Ela mesma diversifica a pergunta: “por que novela e não outras formas de narrativas como histórias, biografias, sinfonias, filmes, tragédias, comédias ou poemas líricos?” Antes de deter-se na resposta às questões que se põe, faz uma interessante colocação bem precisa a respeito de porque novela e não histórias, fazendo uma evocação a Aristóteles. Considerando que a questão que lhe importa é a “capacidade de imaginar o que é viver a vida de outra pessoa ela evoca Aristóteles e responde a pergunta:

...minha resposta a pergunta da história – sai diretamente de Aristóteles. A arte literária simplesmente nos mostra ‘o que ocorreu’, enquanto que as obras de artes literárias nos mostram ‘as coisas do modo como poderiam ter ocorrido na vida humana. Em outras palavras, a história simplesmente registra o que de fato ocorreu, quer represente ou não uma possibilidade geral para as vidas humanas’²⁴.

A diferença radical que aparece na sua resposta está entre a objetividade e a possibilidade da imaginação. A objetividade do fato ocorrido já é dado, é irreversível. Ao passo que a possibilidade é uma abertura à concretude. Evoca vontades, decisões, desejos, determinações. Aqui podemos vislumbrar a implicação da literatura e na vida moral. A narração da história, ao apresentar o ocorrido, pode exhibir os sujeitos dos fatos como sujeitos mortos, enquanto a literatura aponta para o possível, podemos imaginar como plausível os agentes como sujeitos vivos, provocados simplesmente pelo desafio de pensar e decidir agir. Se não nos equivocamos, aqui está um dos elementos de justificação da literatura como via possível de influência na vida das pessoas como indivíduos enquanto sujeitos de relações coletivas. A atuação no âmbito do possível suscita a ideia de que são os humanos os instituidores das possibilidades dos sentidos mesmos e das configurações concretas da vida pública. A dimensão do possível, portanto, aparece como uma questão central na sua compreensão:

A literatura se centra no possível, convidando a seus leitores a perguntar-se sobre si mesmos. Ao contrário da maioria das obras históricas, as obras literárias convidam a seus leitores a pôr-se no lugar de agentes de muitos diversos tipos e a assumir suas experiências²⁵.

Explicita-se com isso que as potencialidades da imaginação são acionadas justamente quando se tem uma abertura para o possível. Imaginar que as determinações da vida cotidiana não são resíduos congelados pela natureza, nem apenas efeitos de forças externas, muitas vezes fantasmagóricas, é de fato sentir a existência como uma tarefa da qual não podemos nos livrar. A existência se descobre assim, como algo dado num movimento permanente que a cada instante evoca a tomada de decisão sobre ela mesma. Isso tem, como consequência, tornar todas aquelas que se sentem existentes chamados a assumir a si mesmos e tudo o que se refere a sua condição de ser relacional. A vida, portanto, torna-se um encargo do qual o indivíduo não pode constituir substitutos.

O fato de cada um ter que viver a sua vida abre horizontes éticos fundamentais, no que diz respeito à liberdade e à responsabilidade. São horizontes estes que dizem respeito a cada indivíduo enquanto ente particular e aos múltiplos outros de seus circuitos de relações. Na obrigatoriedade de ter de “assumir suas experiências” é que se faz primordial o poder da imaginação. Não como algo que vem para as experiências, mas como algo que se origina na experiência mesma, abrindo brechas para elementos novos. Ela acontece à medida que cada vivente leva a sério a experiência de ir vivendo a vida naquilo que ela vai exibindo de prazeroso ou horroroso, de desejável ou detestável. Como ideal ético desejável é a “vida boa”, que vem desde os gregos, a tomada de consciência dos instantes que se vive vai identificando o desagradável e indesejável, e já fazendo emergir a imaginação na elaboração de uma alternativa. Elaborar alternativas implica necessariamente na imaginação. Envolve de certo, o conjunto das disposições de sonhar, desejar. Exatamente dimensões da vida que se articulam mais propriamente com as emoções. É justamente essa dimensão que entra no interesse de Nussbaum enquanto contributo à

vida pública. Diz ela: “As emoções e a imaginação do leitor, em consequência, permanecem ativos, e é a natureza dessa atividade e sua relevância para o pensamento o que me interessa”²⁶.

A novela, nesta perspectiva, cria um elo de relações entre personagem e leitor a ponto de influir nas emoções e sentimentos que marcam a sua maneira de agir concretamente. Por causa desse relacionamento que acontece entre leitor e personagem, suscitando esse último as reações, é que Nussbaum, percebe a novela como um gênero vivo. É claro que ela reconhece que outros meios como música, filme, e outros gêneros de literatura também provocam as emoções e outras formas de expressões, mas a novela tem a sua preferência, talvez por causa do potencial de força viva: “... a questão porque novela e não outros gêneros: porque a novela é, desde meu ponto de vista, uma forma viva”²⁷.

O fato de ser a novela o que ela chama de “forma viva” a diferencia de outros gêneros; portanto, tem a sua preferência. A novela, assim, apresenta-se como algo bem concreto, que segue as variações das manifestações diferenciadas da vida mesma. Essa característica é muito importante, porque permite articular devidamente as generalidades e as particularidades conforme vão acontecendo na experiência de cada um. Essa concretude da novela é marca específica que ela não reconhece em outros gêneros: “A novela é concreta até um ponto com frequência sem paralelo com outros gêneros”²⁸. Isso pode explicar, por outro lado, o predomínio que tem a novela nas culturas contemporâneas. Não é o puro fato de ser concreta, mas a capacidade de trabalhar o que ocorre na vida das pessoas. Vida essa que, como já dissemos antes, não acontece somente como materialidade de atos, fatos e situações, mas também como sonho, fantasia, desejos, etc. Nisso nossa autora tem muita clareza:

a interação entre aspirações gerais humanas e formas particulares de vida social que ou bem permitem ou bem impedem suas aspirações, e que conformam poderosamente no processo. As novelas (pelo menos as novelas realistas...) apresentam formas persistentes de necessidades e desejos humanos, tal como ocorrem em situações sociais concretas²⁹.

Podemos supor que a novela apresenta situações que são bem diferentes das vividas pelos seus leitores (ouvintes), mas, sobretudo, situações que entram no imaginário e corresponde a desejos, ela figura como um contra modelo a sua própria situação. É nesse sentido que a sintonia entre personagem e leitor pode desencadear, no último, um processo de atividade conforme suas convicções. No nosso modo de ver, aqui está um dos núcleos fundamentais da problemática da moralidade: a sua importância para a vida coletiva. A excelência da novela está, para Martha Nussbaum, exatamente nesta dinâmica como parte constitutiva:

Este ir e vir entre o geral e o concreto está construído na estrutura mesma do gênero. Desse modo, a novela elabora um paradigma de um estilo de raciocínio ético que é específico a respeito do contexto, sem chegar a ser relativista, no qual obtemos prescrições concretas; potencialmente universalíveis ao transformar uma idéia geral de prosperidade humana em situação concreta³⁰.

É preciso termos em mente a importância do modelo, como já nos referimos, principalmente quando eles dizem respeito à vida coletiva. A ideia de imaginação pública, está de alguma maneira, vinculada à possibilidade de modelos plausíveis. Principalmente a modelos que configurem uma vida pública correspondente aos desejos de uma sociedade onde a vida humana seja o critério fundante e, portanto, o elemento articulador das dimensões da economia, da política das instituições administrativas, etc. Vemos, portanto, que, na perspectiva de a autora apresentar a novela, é possível se realçarem vários elementos, que não somente constituem críticas a modelos fundados nas lógicas racionalista e tecnicista, mas apontar também para a necessidade ou possibilidade de desenvolvermos formas criativas de considerar a vida em sociedade. Na verdade, trata-se de levar a sério a capacidade que todo ser humano tem de inventar, de projetar, de transcender os dados do real e a si mesmo.

As considerações feitas acima justificam, suficientemente, segundo nosso modo de ver, o porquê de novelas e não outro gênero.

Não somente o porquê, mas, de alguma forma, que novelas, pois vimos que, na visão da autora, a própria estrutura da novela propicia a interação entre leitor e personagem pela capacidade de provocar reações ou produzir no leitor um efeito que o põe em atividade, por isso mesmo pode constituir-se um magnífico elemento de interferência na vida pública que pode muito bem conformar-se com uma vida pública cidadã. É claro que não são todas as novelas que têm essa estrutura de interação voltada para questões da vida coletiva, sobretudo no que concerne ao poder, à questão econômica, a questões sociais. Ela faz questão de pontuar que há novelas que se prestam mais e outras menos para implementar um processo criativo e fazer emergir a imaginação capaz de determinar comportamentos morais. No texto que estamos considerando, por exemplo, ela toma como modelos uma novela inglesa de Charles Dickens, “Tempos Difíceis”. Para ela, não obstante, as reservas que faz, na novela de C. Dickens, aparecem de forma significativa as questões que levantamos e, sobretudo, “considerações valiosas sobre o poder da imaginação em política; considerações que estão relacionadas com a riqueza metafórica e linguística da novela”³¹. Isso não quer dizer que ela defenda a novela como o veículo capaz de oferecer soluções para todos os aspectos da vida privada e da vida pública. Conforme já nos referimos, a novela oferece possibilidades de concretização de determinadas convicções. Por isso não podemos imaginar que ela sugere a novela como solução para tudo. Nesse sentido, é importante estarmos atentos para o que ela diz: “a leitura de novelas não nos proporcionará uma visão completa da justiça social, mas pode servir como ponte entre uma visão da justiça e a realização social de tal visão”³².

Ora, se tomássemos como elemento articulador, de uma determinada sociedade, a justiça, e, a partir dela, refletíssemos o que implicaria termos concretos a sua efetivação, veríamos que várias facetas seriam evocadas. Poderíamos perguntar-nos como a novela poderia participar de forma contundente nessa discussão. Pelo que já foi exposto, poderíamos dizer que um elemento de alta importância seria garantir a presença da própria idéia de justiça no nível do concreto que se vive. Haveria o deslocamento do nível de abstração intelectual para o terreno da experiência. Aqui, neste nível, ela perderia a sua feição de

“conceito”, que se adequa à inteligibilidade, rigorosamente lógicas e entraria numa dimensão mais de vibrações emotivas. Entraria nos sonhos, nas fantasias das pessoas como sentimentos de nobreza que produz prazer a cada vez que se sente. Em segundo lugar, poderíamos pensar que haveria a descoberta de que a justiça concerne a todos os viventes que se fazem perceber na ocupação de um espaço determinado enquanto indivíduo particular e que tem em comum com os outros indivíduos a pertença a uma teia de relações delimitados também por espaços determinados. Haveria uma justiça da qual alguém fosse capaz de dizer: eu senti a justiça. Ou eu fiz a justiça. Até mesmo dar a notícia: fulano ou cicrano, José ou Maria praticou a justiça. Ela assumiria uma feição de efetividade, de concretude que alguém poderia, afinal, dizer: sou testemunha por viver uma experiência de justiça. Seria então uma justiça de todos, para todos e que se concretiza em e com alguém. E não uma justiça que é para todos e não atinge ninguém.

Haveria evidentemente instâncias de operacionalização da justiça, mas não seriam reconhecidas como portadoras ou responsáveis por ela. Ou seja, todos individual e institucionalmente, seriam seus sujeitos e seus beneficiados. Ela estaria como dimensão constitutiva da vida de modo imprescindível e não como um aspecto regular de conflitos ocasionais. Talvez até pudesse perder o seus *status* de virtude e princípio que lhe foi conferido até hoje na tradição do Ocidente. Poderia até ser desvinculada dos códigos de leis que impõem sua obrigatoriedade formal para uns em detrimento de outros. Também poderia perder seu caráter lógico, seu nome de invocação, seu símbolo de balança. Ela poderia até perder sua identidade, ser invisível e não dita, mas viva na atuação, no testemunho e na imaginação de quem tem a possibilidade de “julgar, legislar”, gerir os “bens públicos, ensinar, noticiar, cantar, dramatizar, poetar, pintar-viver a “vida em carne e osso”.

Pensada nessa perspectiva, a justiça seria bem mais condizente com uma imaginação que pensa o conjunto da vida como uma contemplação estética do que com os tratados jurídicos e ético-políticos. Seria uma espécie de fome que o alimento não sacia e não há reparação de quem cometeu uma infração qualquer; seria mais um sonho que se partilha acordado, do que o desabafo aliviado de quem

diz: o culpado foi punido, fez-se justiça. Uma vida pública modelada por uma forma de percepção de justiça como a sugerida, provavelmente anuncia uma outra compreensão de racionalidade como a que já apontamos. Principalmente a tão cara racionalidade da ciência moderna que prima pela objetividade, a quantificação e a exatidão matemática. E, por conseguinte, rejeita toda dimensão do subjetivo, do qualitativo e do inexato. Essa forma de racionalidade científica é representada no texto pelo personagem Tomas Gradgrind, que Nussbaun capta nos seguintes termos:

Tomas Gradgrind, senhor. Um homem de realidades. Um homem de fato e de cálculos. Um homem que procede mediante o princípio de que dois e dois são quatro, e nada mais, e ao qual não deve-se tentar convencer de que pode haver algo mais. Tomás Gradgrind senhor; sim, senhor-peremptoriamente Tomás-Tomás Grandgrind. Com uma regra na mão e uma par de balanças, e a tabuada de multiplicar sempre sempre em seu bolso; sim, senhor; pronto para pesar e medir qualquer pedaço de natureza humana e dizer-lhe exatamente a que se reduz. É uma mera questão de números, um caso de simples aritmética³³.

Dessa breve descrição que ela faz da figura de Tomas Grandgrind como representante da concepção de racionalidade que C. Dickens quer combater, evidenciam-se alguns elementos que merecem uma consideração pela força que têm na determinação do sentido da realidade. Ser um homem de fato, de calcular, que procede por princípios, aponta para a quantificação que pode ter medidas exatas. Assim, todo o que pode ser medido entra como um ente semelhante; o caráter de unicidade e diferença se esvai. No caso da quantificação da natureza humana, ela se objetiva e perde a sua diferença de ser subjetivo, entra na generalidade da abstração e passa a ser uma quantidade abstrata muito geral. A autonomia que cada pessoa tem e que não pode entrar numa generalização quantitativa dispõe a diferença humana ao manuseio dos úteis. O sentido das relações que cada indivíduo

estabelece com os seus próximos se perde no anonimato da abstração do dado matemático. Segundo Nussbaum:

O indivíduo não chega sequer a ser tão único como um inseto, já que o cálculo do senhor Gradgrind se converte em simples 'imput' dentro de uma complexa operação matemática, que trata a unidade social como um único sistema, onde as preferências e satisfações de todos se combinam e fundem³⁴.

Essa forma de racionalidade aplica-se facilmente no mundo da economia e até da política. Encontra muito facilmente as soluções exatas para os problemas humanos, que foram cuidadosamente catalogados e somados. As soluções se avizinham com clareza, de modo que se pode contar quantos são os problemas, quanto tempo têm, quantas consequências podem ter, quantas pessoas são necessárias para resolvê-las, quanto custa exatamente. Tudo se resolve pelas medidas, pelas quantidades calculadas. Tudo tem solução. É uma questão de encontrar a medida certa. Até para o desespero de alguém que entra em profundos prantos num momento de extrema instabilidade esse modo de proceder vê as medidas. Temos o exemplo da filha do Senhor Gradgrind que aos prantos lhe diz:

“Pai, descobri que a vida é muito curta”. Ele responde: “sem dúvida é curta, minha querida. Porém está comprovado que a duração média da vida humana foi incrementada nos últimos anos. Os cálculos de várias companhias de seguro e caixas de pensão, entre outros cálculos que não podem equivocar-se, notou este fato. “Eu falo de minha própria vida, pai”. “Ah! Sim? Pois ainda assim, respondeu o senhor Gradgrind, “não preciso assinalar-te Louisa, que [tua vida] está governada pelas mesmas leis que governam as vidas em seu conjunto”³⁵.

Esse modo de pensar, com certeza, não consegue enxergar dimensões da vida como a dor, o sofrimento, a tristeza, as alegrias, as esperanças, os desejos e sonhos que, misteriosamente, plasmam mo-

dos de vida. É, portanto, um pensar que até pode dizer muito bem as superfícies da vida como aparece, mas nunca tem acesso a interioridade na forma como acontece. Pesar e “medir os pedaços” da vida humana ficam longe do olhar desinteressado daqueles que enxergam os risos das crianças que esperam manter-se vivas no dia seguinte, ver o voar das pipas e dizer: que lindo! Não passa perto do sentimento daqueles que veem pessoas disputando lixeiras com os insetos e são capazes de dizer: que horror. Jamais entenderão a infinitude da confiança daqueles que, a cada dia, sentem náusea de ver mais um morto pelas ruas vítima da violência, mas seguem acreditando: viver tranquilamente é possível.

A dimensão do interior do humano fica, pois, invisível a racionalidade que reduz tudo ao cálculo. Recomenda-se como bom procedimento de rigor manter-se bem distante das dimensões subjetivas, pois elas são enganadoras, dão-nos somente aparências, levam-nos ao relativismo, ao erro. O que concerne ao mundo da vida que não entra no cálculo matemático deve ser visto, portanto, como suspeito. O que essa racionalidade objetiva, genérica abstrata, quantificadora, uniformizadora das diferenças, com soluções exatas para tudo não enxerga é que os olhos com os quais vê a realidade nunca poderão ver o brilho do olhar de alguém que transborda de alegria; nunca, sequer, poderá desconfiar que a lágrima que inunda o rosto de alguém poderá ser expressão de uma dor profunda. Para essas dimensões do humano, os fazeres científico e filosófico são sem sujeito humano. Se, por acaso, puder ser chamado de humano ou é outro, ou tem deformações graves, pois não sente, não ouve, não chora, não vê. O que anunciam como “visão de” não passa pelo olho que vê o misterioso da vida humana. A essa cegueira que a novela em questão quer denunciar ela diz:

Mas a novela nos mostra que, em sua determinação por ver o que cabe nos cálculos utilitários, a mente econômica está cega: cega ante a riqueza qualitativa do mundo perceptível; cega a respeito da separatividade de seus agentes, as suas mais íntimas profundidades, nas esperanças, seus amores e seus medos; cega ante tudo o que supõe viver uma vida humana e tratar de conferir-lhe um significado hu-

mano. Cega, por cima de tudo, ao fato de que a vida humana é algo misterioso e às vezes insondável; algo que exige ser tratado com faculdades mentais e recursos da linguagem que sejam adequados a expressão dessa complexidade³⁶.

Parece-nos que o que foi posto acima retoma e resume, adequadamente, o núcleo das considerações da autora quanto à novela como instância criadora de uma possível imaginação que pode ser alternativa à racionalidade científica. Sobretudo, para orientar práticas concretas de condutas morais e formas de vida pública. Não se trata, como mencionamos antes, de fazer simplesmente a crítica à racionalidade científica – que é bem apropriada pela ciências particulares como a economia e a política –, mas apontar para uma insuficiência e mesmo uma impropriedade para tratar dimensões antropológicas do humano. A novela, portanto, não é apresentada como substituta legítima e nova forma mais própria de racionalidade, mas como uma alternativa possível que, com maior propriedade, consegue atingir regiões da pessoa que não se deixam tolher pela razão calculadora. Além do mais, a novela propõe uma interação com o leitor que o remete à reflexão e o acionamento de disposições de suma especificidade da interioridade humana, levando-o a tomar posição e assumir a sua própria experiência como algo que brota das entranhas da interioridade. É nesse horizonte que a novela se insere e, a partir dele, a imaginação pública pode configurar compromissos arraigados na qualidade e não na quantidade. Podemos pensar que a configuração de uma vida social pensada a partir das entranhas humanas seja mais consequente consigo mesma e menos contraditória. Segundo Nussbaum, a novela tem exatamente compromissos com essa parte imperceptível à racionalidade das aparências:

A novela tem um compromisso para com a riqueza do mundo interior, maior inclusive que em outros gêneros narrativos, assim como um compromisso maior para com a relevância moral de seguir uma vida ao longo de todas suas aventuras concretas na totalidade de seu mundo concreto³⁷.

A experiência moral encarada desde a interioridade e como um elemento constitutivo da vida humana e não como uma referência a códigos externos, pode ser instituída como horizonte indicador de práticas pessoais e públicas. A idéia de fazer aos outros o que gostaria que fizessem comigo bem pode ser componente fundamental desse horizonte. Teríamos, assim, uma sensibilidade para pensar a vida como rede complexa de relações na qual sentir-se eu implica referir-se aos outros. Afinal, o destino de cada um é tarefa de cada um e de todos. No caso das sociedades contemporâneas que têm dimensões globais, a percepção dos excluídos se tornaria fundamental como possibilidade mesma de garantir sua existência como ser humano:

A novela nos convida a preocuparmos pelos destinos de outros como nós, aos quais nos ligamos tanto por uma amizade compassiva como por uma identificação empática. De modo que quando a novela nos alerta ao final a pensar o que vamos fazer, nossa resposta natural será, se tivermos lido bem, fazer para os outros homens e mulheres correntes como para nós, e vendo inclusive nas circunstâncias de vida mais sólida e correntes em um lugar onde, na imaginação, construímos nossa própria morada³⁸.

A novela tem, na sua própria estrutura, elementos que, ao interagir com os leitores aciona também pulsações que lhe trazem muito prazer. E isso torna o enfrentamento da própria experiência algo agradável e prazeroso. Entra como um tipo de oxigênio que alivia o ar poluído. Ao prazer bem podemos relacionar a alegria. Na verdade, a novela pode ensinar que a vida é feita de prazer e de alegria e tem que ser assumida como tal:

porque expressa em sua forma artística, o desejo de que o leitor viva uma vida de gozo, de fantasia generosa e liberal, (...) 'E ao formar com o leitor uma relação rica em prazer, assumem reflexo moral, ensina ao leitor um estilo de relação humana onde a reflexão se nutre com a plenitude do caprichoso, e as atitudes morais mais amáveis e generosas quando a imaginação intervém''³⁹.

O gozo e a alegria humana podem ser articulados com outras riquezas da interioridade, e ajudar a pensar, desejar e atuar para constituí-los em bens de alto valor que devem ser partilhados por todos. Seguramente são ingredientes imprescindíveis para fazer emergir sentimentos de amorosidade, e, portanto, a habilitar as pessoas a verem o real a partir do coração. Isso, com certeza, pode ajudar a fazer acontecer a fantasia, concretizar as ilusões e reconstruir o mundo. “O olhar ao interior, ou fantasia, a grande caridade no coração, contribui para uma construção generosa do mundo”⁴⁰, onde se possa viver a vida e ver o humano do humano.

Conclusão

O nosso esforço teve como pretensão apresentar, de forma abreviada, uma velha e disputada questão: A relação entre filosofia e literatura. Foi nossa intenção particularizar o problema fazendo uma espécie de torsão para articular com a questão moral. A partir dessa ótica, apresentamos as posições de Alasdair MacIntyre e Martha Nussbaum.

Tentamos enfatizar algumas questões desta última porque nos pareceu mais tentadora a ideia de imaginação literária vinculada à vida pública. Como nos nossos dias atuais, percebemos cada vez mais a importância da ética nas gestões públicas, e cada vez maior o número de novelas que disputam a preferência do telespectadores; pensei que tentar explicitar os mecanismos inerentes à estrutura do gênero novela, como a compreende Nussbaum, poderia contribuir para uma possível reorientação na maneira de considerar novela e construção da cidadania.

Na perspectiva que apresentamos, tentamos acentuar a novela como um âmbito possível de elaboração da imaginação criadora capaz de interferir de forma incisiva nas dinâmicas das experiências das pessoas. Vimos que se trata de uma forma de racionalidade bastante diferente da racionalidade científica, onde impera a pretensão de objetividade, o rigor lógico, o caráter abstrato, a generalização e o apego ao fato como única dimensão do real. Exatamente por causa dessas características, manifesta-se limitada para tratar realidades que

estão além dessas características. O ser humano, com sua dimensão de interioridade e uma estrutura complexa de elementos como pensamento, corpo, desejos, sentimentos, sonho, fantasias, alegria, dor, etc., não seria devidamente atingido por essa forma de racionalidade. A novela, portanto, desenharia uma maneira mais adequada para essas dimensões. Atentando-se às características da sociedade contemporânea na qual as pessoas funcionam de forma objetiva e utilitária, a novela pode ser uma crítica segura da utilidade objetiva dos humanos. Por outro lado, enquanto interage com o leitor/espectador, ela pode acionar-lhes a imaginação e ajudar a formular modelos alternativos de vida coletiva mais condizente com a realidade da vida humana, que não pode ser reduzida a meros fatos, a simples coisas, a realidades mensuráveis. À medida que ela cria empatia, desperta a imaginação, motiva desejos, pode transbordar em reflexões profundas e tomadas de decisões capazes de marcar a experiência de vida. Assim, a novela pode ser uma linguagem que fala a totalidade do ser humano, que se concretiza no mundo como corpo e estrutura complexa. Para isso, requer uma racionalidade que lhe trate de forma flexível, que dê conta do sentido geral do humano que ocupa um espaço único.

À medida que a novela toca as pessoas no seu concreto, atingindo sua interioridade onde se elaboram e se diluem os sentimentos e as convicções das práticas, podemos imaginar a sua importância para imaginarmos uma sociedade toda pensada a partir do sentido humano. Ela poderá ter, portanto, uma força mobilizadora de ações, pensamento, sonhos e desejos, promotores da ilusão de que o mundo pode ser um lugar para se viver. Um viver a vida no seu acontecer maravilhoso, no seu dançar a alegria, no seu festejar a bondade, na sua “razão sentinte; cada um inventando e reinventando a melhor maneira de superar as dificuldades, simplesmente para que cada um possa experimentar o seu viver até o limite do seu final.

A novela, nas considerações de Nussbaum, figura como um elemento de cunho eminentemente educativo, que pode contribuir significativamente na educação de inteligências e vontade, práticas morais, gestão política, participativa e solidária, na configuração de uma cultura capaz de imaginar a história como um processo aberto na infinitude do tempo que guarda os segredos do humano.

Notas

- ¹ Doutor em Filosofia pela PUCRS, professor do Curso de Filosofia da UNICAP.
- ² THIEBAUT, Carlos. *Filosofia y literatura: de la retórica a la poética*. **Isegoria - Revista Filosofía Moral y Política**. Madrid, n. 11, 1995, p. 82.
- ³ MARIE, Jeanne. **As formas literárias da filosofia**. [S.l.]: [s.n], 2002, p. 2. Mimeo.
- ⁴ LIMA, Maria Herrera. El punto de vista moral en la literatura. *In*: LOPES DE LA VIEJA, M. T. **Figuras del logos: entre la filosofía y la literatura**. México: fondo de Cultura Económica, 1994. p. 40.
- ⁵ *Ibid.*, p. 42.
- ⁶ *Ibid.*, p. 43.
- ⁷ *Ibid.*, p. 45.
- ⁸ *Ibid.*, p. 46.
- ⁹ *Ibid.*, p. 46.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 47.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 48.
- ¹² *Ibid.*, p. 49.
- ¹³ *Ibid.*, p. 49.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 50.
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 50.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 50.
- ¹⁷ *Ibid.*, p. 51.
- ¹⁸ MACINTYRE, Alasdair. **Tres versiones rivales de la etica**. Madrid: Ediciones Rialy, 1992, p. 25.
- ¹⁹ LIMA, [s.d], p. 51.
- ²⁰ NUSSBAUM, Martha C. La imaginación literaria en la vida pública. **Isegoria - Revista Filosofía Moral y Política**. Madrid, n. 11, p. 42, 1995.
- ²¹ *Ibid.*, p. 43.
- ²² PEREDA, Carlos. **Sueños de vagabundos: un ensayo sobre filosofía moral y literatura.** Madrid: Visor, 1998, p. 27.
- ²³ NUSSBAUM, 1995, p. 44.
- ²⁴ *Ibid.*, p. 44.
- ²⁵ *Ibid.*, p. 44.
- ²⁶ *Ibid.*, p. 45.
- ²⁷ *Ibid.*, p. 45.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 46.
- ²⁹ *Ibid.*, p. 46.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 46.
- ³¹ *Ibid.*, p. 46.
- ³² *Ibid.*, p. 48.
- ³³ *Ibid.*, p. 53.
- ³⁴ *Ibid.*, p. 54.

³⁵ *Ibid.*, p. 55.

³⁶ *Ibid.*, p. 58.

³⁷ *Ibid.*, p. 62.

³⁸ *Ibid.*, p. 64.

³⁹ *Ibid.*, p. 64.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 68.

Referências

BONILLA, Alciras. **La transformación del jogos**. Aspakía, Monográfico: Maria Zambrano, p. 13-29.

LIMA, Maria Herrera. El punto de vista moral en la literatura. *In*: LOPES DE LA VIEJA, M. T. **Figuras del logos**: entre la filosofía y la literatura. México: fundo de Cultura Econômica, 1994.

_____. Los recursos de la ficción y los usos morales de la literatura. **Isegoria - Revista Filosofía Moral y Política**. Madrid, n. 22, 1995.

MACINTYRE, Alasdair. **Tres versions rivales de la etica**. Madrid: Ediciones Rialy, 1992.

MARIE, Jeanne. **As formas literárias da filosofia**. [S.l.]: [s.n], 2002. Mímeo.

NUSSBAUM, Martha C. La imaginación literária en la vida pública. **Isegoria - Revista Filosofía Moral y Política**. Madrid, n. 11, p. 42-80, 1995.

PEREDA, Carlos. **Sueños de vagabundos**: un ensayo sobre filosofía moral y literatura. Madrid: Visor, 1998.

THIEBAUT, Carlos. Filosofía e literatura: de la retórica a la poética. **Isegoria - Revista Filosofía Moral y Política**. Madrid, n. 11, p. 82-107, 1995.

TORRE, Maria Tereza de la Vieja. Espectativas de la filosofía moral y literatura. **Isegoria - Revista Filosofía Moral y Política**. Madrid, n. 11, 1995.

ZAMBRANO, Maria. **Filosofía e Poesia**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

Endereço para contato:

e-mail: tadeusouza627@hotmail.com